



Gilberto Gil, Wellington Salgado e Alexandre Annenberg em reunião da CCT

Novas tecnologias vão ampliar diversidade cultural, afirma Gil

O governo está implementando programas que, de acordo com o ministro da Cultura, Gilberto Gil, têm como meta diminuir “o fosso entre os que possuem tecnologia e os que não têm acesso a ela”. Gil disse ainda que o ministro irá debater com a sociedade mudanças na lei do direito autoral. **Página 3**

Combate ao trabalho escravo no Maranhão

Subcomissão debatem ontem com o governador Jackson Lago as ações que o Maranhão vem adotando para combater o trabalho escravo. Hoje e amanhã os senadores participam de encontros e seminário no Pará. **Página 3**

Termelétricas podem piorar efeito estufa

A contratação de novas usinas termelétricas, em lugar das hidrelétricas, pode aumentar a emissão de gases tóxicos, alertou o secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Luiz Pinguelli. **Página 4**

Especialistas defendem seis meses de licença para mães

Proposta de Patrícia Saboya que amplia para seis meses o período de licença-maternidade em empresas privadas foi defendida por participantes de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos. **Página 4**



Paulo Paim acompanha encenação em que gestante brasileira representa uma grande boneca negra amamentando um bebê

Heráclito discorda de Genro sobre deportação de cubanos

O presidente da Comissão de Relações Exteriores, Heráclito Fortes, criticou a deportação de dois atletas cubanos, que foi justificada, em audiência, pelo ministro da Justiça, Tarso Genro. **Página 3**



Luiz Paulo (do Ministério da Justiça, à esq.), Tarso Genro, Heráclito e Paulo Lacerda (da PF)

Renan depõe e reafirma que é inocente

Após depor no Conselho de Ética, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que a perícia da Polícia Federal o inocenta. Leomar Quintanilha espera que o conselho vote o relatório no dia 30. Almeida Lima se disse convencido da inocência de Renan; Marisa Serrano e Renato Casagrande manifestaram dúvidas sobre as informações prestadas pelo presidente do Senado. **Página 5**

SBPC aponta “tragédia” na educação

O conselheiro da SBPC Isaac Roitman fez duras críticas à situação do ensino no país e disse apoiar a proposta de Cristovam Buarque de desmembrar o Ministério da Educação. A adoção do horário integral nas escolas foi defendida na audiência. **Página 4**



Consultor legislativo e secretário da representação brasileira explicam a assessores parlamentares o funcionamento do Congresso do bloco

Brasil elege em 2010 membros do Parlamento do Mercosul

O Brasil será o último dos quatro Estados-parte a eleger representantes especificamente para o Parlamento do Mercosul. No próximo ano, argentinos e paraguaios escolherão seus parlamentares. Os uruguaios farão o mesmo em 2009. A partir de 2010, data da eleição brasileira, cada membro será representado proporcionalmente à sua população, porém de uma forma que leve em conta as diferenças entre os países, mas não crie uma maioria absoluta de um sobre os demais membros. Atualmente cada país tem 18 representantes.

A informação foi repassada por Francisco Eugênio Arcanjo, consultor legislativo do Senado na área de Direito Internacional, a assessores lotados nos gabinetes de deputados e senadores membros do Parlamento do Mercosul. Os funcionários participaram ontem, na sala da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, de uma reunião com o

consultor e com o secretário da representação brasileira naquele parlamento, Antonio Ferreira Costa Filho.

Eugênio Arcanjo informou que está sendo elaborado um esboço com sugestões de normas para a escolha dos representantes brasileiros no Parlamento do Mercosul. O documento será encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral. O Regimento Interno do Parlamento do Mercosul estipula que a escolha dos seus membros se dará por meio de eleições diretas, universais e secretas.

Atribuições

Durante a reunião, que foi aberta pelo presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Ferreira Filho explicou que uma das principais atribuições do Parlamento será elaborar pareceres sobre projetos de normas do Mercosul que requeiram aprovação legislativa em um ou vários Esta-

dos-parte do mercado comum.

Atualmente, um acordo internacional firmado no âmbito do Mercosul é encaminhado para o Parlamento de cada Estado-parte apenas ratificar ou rejeitar o texto assinado. A partir de agora, o órgão decisório do Mercosul poderá encaminhar ao Congresso o texto negociado, antes de sua aprovação. Tal medida proporcionará uma aceleração na tramitação da matéria, já que o Parlamento terá um prazo de 90 dias para se pronunciar sobre o assunto.

Se o projeto de norma do Mercosul for aprovado pelo órgão decisório de acordo com os termos do parecer do Legislativo, a norma deverá ser enviada pelo Executivo nacional ao seu respectivo Parlamento em até 45 dias. O Congresso do país deverá adotar as medidas necessárias para a instrumentalização ou criação de um procedimento preferencial para a adequação legal dos termos negociados.



Mesquita Júnior (D), Arcanjo e Antonio Costa, na mesa da reunião com assessores

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário realiza sessão não-deliberativa

O Plenário se reúne hoje, a partir das 9h, em sessão não-deliberativa. Os trabalhos são voltados a debates entre os parlamentares, comunica-

dos da Mesa diretora e leitura de propostas. Entre os oradores inscritos estão Eduardo Suplicy (PT-SP) e João Pedro (PT-AM).

Subcomissão do Trabalho Escravo

A Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, da Comissão de Direitos Humanos (CDH), reúne-se em Marabá (PA), às 9h, com trabalhadores que foram submetidos a condição análoga à de escravos. Em seguida, às 14h, os

senadores do colegiado participam de seminário com autoridades locais e representantes de entidades de defesa dos direitos dos trabalhadores, destinado a debater o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.

Senadores relatam atividades no Maranhão e Pará

Amanhã, os integrantes da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo concedem entrevista coletiva, às 9h30, em Belém, a respeito de atividades das quais participaram em municípios do Maranhão e do Pará. Logo depois, reúnem-se com autoridades locais e com a governadora do Pará, Ana Júlia.

PSOL vai recorrer da decisão da Mesa sobre Gim Argello

O PSOL vai entrar na próxima segunda-feira com dois recursos contra a decisão da Mesa do Senado de arquivar representação que solicitava ao Conselho de Ética uma investigação sobre suposta quebra de decoro parlamentar por parte do senador Gim Argello (PTB-DF). Em entrevista concedida ontem, José Nery (PSOL-PA) informou que uma das ações será protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF) e outra no Plenário do Senado, para que os parlamentares se manifestem a respeito da decisão.

– Existem fatos graves que merecem ser apurados, e nós entendemos que ética não tem prazo de validade – disse José Nery.

Gim Argello é citado em escutas telefônicas que deram origem à Operação Aquarela, por meio da qual a Polícia Civil do DF, a Receita Federal e o Ministério Público do DF e Territórios apuram o desvio de recursos do Banco de Brasília (BRB). Ele assumiu o mandato no dia 17 de julho, em substituição ao senador Joaquim Roriz, que renunciou ao cargo após ter sido acusado de

envolvimento com esquema de corrupção.

Para arquivar a representação, a Mesa justificou que não cabe investigar um senador por quebra de decoro parlamentar com base em fatos ocorridos antes de sua posse no Senado. Dos sete membros da Mesa, dois votaram a favor do arquivamento, dois se manifestaram contrários e dois se abstiveram. Coube ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que opinou pelo arquivamento da representação, desempatar a votação.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Alvaro Dias, Augusto Botelho, Flávio Arns e João Pedro



Entre Luiz Paulo (E), Heráclito e Paulo Lacerda, Tarso Genro diz que volta a Cuba era vontade dos atletas

Heráclito discorda de Tarso Genro sobre deportação de atletas cubanos

“Existe depoimento gravado, que foi dado pelos atletas cubanos a um colega, que vai deixar muito mal o governo brasileiro.” Essa afirmação foi feita pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Heráclito Fortes (DEM-PI), durante audiência com o ministro da Justiça, Tarso Genro, quando foi discutido o caso da deportação dos pugilistas para Cuba.

Arthur Virgílio (PSDB-AM), autor do requerimento para a audiência pública, afirmou que um dos atletas teria recebido ligação telefônica em que a esposa informava que o governo cubano retirara dela carro e casa. Além disso, registrou que autoridades do país já anunciaram que os dois boxeadores não vão mais participar do campeonato mundial que seria também seletivo para as próximas Olimpíadas.

Para Tarso Genro, os atletas ma-

nifestaram vontade de voltar ao seu país, depois de terem sido abandonados pelos empresários que haviam prometido carreira na Europa. Em apoio ao ministro, João Pedro (PT-AM) e Ideli Salvatti (PT-SC) argumentaram que a prova de que os boxeadores decidiram sem constrangimentos pelo retorno a Cuba foi a permanência no Brasil dos três colegas também desertores.

O ministro revelou o prefixo da aeronave fretada pelo governo cubano para levar os atletas (YV-208), identificação confirmada depois por Heráclito como sendo de aviões registrados na Venezuela. Romeu Tuma (DEM-SP) observou que a Venezuela “se mete em tudo que pode levar problemas ao presidente Lula”.

César Borges (DEM-BA), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticaram a atuação de autoridades no episódio.

Polícia Federal agiu dentro da lei, afirma Genro

Tarso Genro negou que o retorno dos dois atletas cubanos que abandonaram sua delegação durante os Jogos Pan-Americanos tenha sido articulado entre os governos do Brasil e de Cuba. O ministro da Justiça afirmou que a Polícia Federal (PF) agiu estritamente dentro da lei ao aplicar a medida, já que os atletas estavam em situação irregular e recusaram oferta de refúgio.

Tanto o ministro quanto o diretor-

geral da PF, Paulo Lacerda, também presente na audiência, garantiram que não houve nenhum contato com autoridades cubanas para tratar do caso. Os boxeadores Guillermo Rigoundeaux, de 26 anos, e Erislandy Lara, de 24 anos, partiram do Brasil na madrugada de 5 de agosto. O embarque aconteceu cerca de 72 horas depois do momento em que foram localizados, em uma pousada na praia de Araruama, em Niterói (RJ).

Ministro da Cultura afirma em audiência no Senado que é preocupação do Executivo universalizar os benefícios da convergência tecnológica

Gil: governo quer reduzir fosso social no acesso à informação

A convergência de tecnologias pode trazer ao país diversidade, mais informação e pluralidade cultural, declarou ontem o ministro da Cultura, Gilberto Gil, durante audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Ele assinalou que a preocupação do governo é universalizar o acesso aos benefícios da convergência, de forma a “superar o fosso entre os que têm acesso à internet e os que apenas possuem os cinco canais da TV aberta”.

A audiência debateu o conteúdo audiovisual em tempos de convergência tecnológica. A convergência acontece quando novas tecnologias permitem que formas de comunicação passem a ser acessadas

em um único aparelho, como ouvir rádio pelo celular ou assistir a vídeo no computador.

Gilberto Gil citou dois programas do Ministério da Cultura que lidam com convergência: o Núcleos Digitais, que oferece equipamentos para produção audiovisual; e o Pontos de Cultura, que dá acesso a tecnologias digitais livres para comunidades periféricas de todo o país.

Questionado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre pedido do grupo de *hip-hop* Racionais MC no sentido de impedir o fechamento da única fábrica de discos de vinil existente no Brasil, Gilberto Gil respondeu que o Ministério da Cultura estuda a possibilidade de a fábrica, localizada em Belford Roxo, no Rio de Janeiro, ser tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional.



Evandro Guimarães, Gilberto Gil, Wellington Salgado e Alexandre Annenberg na reunião da CCT

Abert defende reserva de mercado da comunicação

O conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) Evandro Guimarães defendeu, na audiência, a reserva de mercado da comunicação social para brasileiros como forma de garantir a manutenção de empregos, gerar conteúdo local e proteger a identidade nacional. A seu ver, essa seria uma “reserva de mercado politicamente correta”.

Também vice-presidente de

Relações Institucionais das Organizações Globo, Guimarães disse que essa reserva de mercado é uma regra de defesa da identidade e da soberania nacionais. Ele alertou que, se não forem tomadas providências para dotar o setor de normas legais, com urgência, a convergência tecnológica poderá levar à “transnacionalização” completa do conteúdo de radiodifusão em prazo muito curto.

Já Alexandre Annenberg, diretor da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA), apontou os três principais limitadores da TV paga no Brasil: o preço do serviço, a restrição geográfica de fornecimento e a falta de conteúdo nacional. A seu ver, há pouca diversidade de produção nacional na TV paga, que tem número reduzido de canais de conteúdo brasileiro. Mas, admitiu, o serviço conta com os melhores canais.

Trabalho escravo leva subcomissão a visitar estados

Após se reunir ontem com o governador do Maranhão, Jackson Lago, o presidente da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, senador José Nery (PSOL-PA), declarou à Agência Senado que o chefe do Executivo estadual reiterou seu apoio à proposta de emenda à Constituição que permite a expropriação das terras onde for descoberto o uso de trabalho escravo. No encontro no Palácio dos Leões, em São Luís, foram discutidas as ações que o governo do estado vem

adotando no combate ao trabalho forçado. Nery destacou que uma comissão local elaborou um plano de erradicação do trabalho escravo no estado. O Maranhão registra grande incidência desse tipo de crime e é considerado um “exportador” de mão-de-obra escrava com vários destinos, inclusive o Pará – onde estima-se que há o maior número de casos do país.

Em companhia do vice-presidente da subcomissão, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), José

Nery também visitou ontem, no município de Açailândia (MA), a Cooperativa da Dignidade, entidade que promove a reintegração à sociedade de pessoas que trabalharam em condição análoga à de escravos. Após a visita à cooperativa, eles participaram de um seminário sobre o tema promovido pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos.

Segundo a assessoria de José Nery, o senador iniciará uma campanha nacional visando



Nery fará campanha de assinaturas para apressar votação de PEC sobre expropriação



Inácio Arruda é vice-presidente da subcomissão temporária do Senado

à coleta de assinaturas para pressionar a Câmara dos Deputados a votar a proposta de emenda à Constituição (PEC 438/01), já aprovada no Senado

Federal, que define a expropriação, para fins de reforma agrária, de terras de fazendeiros que fizeram uso de mão-de-obra análoga à condição de escravos.

Pinguelli alerta: setor elétrico vai aumentar o efeito estufa

Devido à contratação de novas usinas termelétricas, em lugar das hidrelétricas, no Brasil, as emissões de gases que produzem efeito estufa vão aumentar, alertou o secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Luiz Pinguelli Rosa.

Ele participou de audiência pública da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas realizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

– O Brasil está indo na con-

tramão na área ambiental, pois está saindo das hidrelétricas para coisas piores – disse.

Segundo Pinguelli, as dificuldades na obtenção de licenciamento ambiental estão afastando novas usinas hidrelétricas dos leilões para compra de energia.

A audiência foi presidida pelo deputado Sarney Filho (PV-MA). Na ocasião, o presidente da comissão, deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), afirmou que o colegiado deverá atuar como



Luiz Pinguelli (2º da dir. para a esq.) é ouvido pelos deputados Adilson Soares (E), Sarney Filho, Eduardo Gomes e Augusto Carvalho

foro de debate sobre essa questão, uma vez que o atual modelo de leilões de energia, a seu ver, está “equivocado”.

O consultor Roberto D’Araújo

atribuiu a falta de usinas hidrelétricas nos leilões à descontinuidade de estudos ambientais.

Já o coordenador-executivo do Instituto Virtual Internacional de

Mudanças Climáticas, Marcos Freitas, defendeu a regulamentação do uso de águas para geração de energia elétrica em terras indígenas.

Licença-maternidade de seis meses é defendida em audiência

Projeto que determina ampliação do benefício para trabalhadoras do setor privado poderá ser aprovado com rapidez, segundo Patrícia Saboya

A ampliação da licença-maternidade para seis meses como política que beneficie todas as mulheres brasileiras foi defendida por participantes da audiência pública promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O colegiado discutiu projeto de lei que institui o Programa Empresa



Patrícia Saboya e Mesquita Júnior observam encenação com boneca amamentando

Cidadã, para assegurar o aumento de quatro para seis meses do período do benefício às trabalhadoras de empresas privadas que aderirem ao programa. Na audiência foi defendida ainda a necessidade de discussão da licença-paternidade e a divisão de responsabilidades entre mãe e pai.

Empenho

Para atender a todas as trabalhadoras do país, explicou a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), autora da proposta (PLS 281/05), serão necessárias alterações na Constituição, o que poderá encontrar resistências do governo e de setores empresariais e tornar o processo

demorado. Ela disse que a intenção é aprovar a matéria de forma rápida e informou que o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, tem manifestado apoio à matéria.

O senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH e relator do projeto, discordou do entendimento de alguns setores da sociedade de que a aprovação da medida vai causar desemprego entre as mulheres. Também participaram do debate representantes do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Myllena Calasans de Matos, e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Elisabeth Saar, e outras entidades.

Iniciativa representa “o sonho de todo pediatra”

A licença-maternidade de seis meses já está em vigor em 53 municípios brasileiros, informou o presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Dioclécio Campos Júnior, na audiência pública. O médico disse que o projeto de Patrícia Saboya, a partir de sugestões da SBP, contribuirá para realizar um sonho de todos os pediatras do país.

Segundo o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), os estados do Ceará, Espírito Santo e Paraná são os que possuem

maior número de municípios que instituíram o benefício.

Na audiência pública, um grupo de gestantes brasilienses apresentou encenação na qual uma grande boneca negra amamenta um bebê, que dorme ao som de uma canção de ninar popular. Durante a *performance*, definida pela senadora como “momento doce”, foi pedido silêncio ao plenário da CDH porque o bebê dormia.

– Foi um momento de tanta beleza que emocionou a todos nós – assinalou Patrícia.

SBPC aponta “tragédia” na educação. Especialistas cobram horário integral

Durante audiência pública realizada pela Comissão de Educação (CE) para debater com especialistas propostas para reformular a educação brasileira, o conselheiro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) Isaac Roitman defendeu a sugestão do presidente da comissão, Cristovam Buarque (PDT-DF), de criação do Ministério da Educação de Base. O especialista opinou que a nova pasta, a ser formada, conforme a proposta de Cristovam, a partir do desmembramento do atual Ministério da Educação, passasse a se chamar Ministério da Criança.

Na audiência, a nona de um ciclo de 12, promovida pela CE, o presidente da comissão também propôs que a nova pasta venha acompanhada de uma agência nacional de proteção à criança e ao adolescente, nos mesmos moldes das várias agências reguladoras em operação no país.

– A educação de base deve ser prioridade nacional. Para tanto, é fundamental a criação de um ministério próprio, porque o atual Ministério da Educação só volta os olhos e aplica a grande massa dos recursos disponíveis no ensino superior – resumiu Cristovam.

Na opinião do representante da SBPC, a educação brasileira, em todos os níveis, passa por uma “tragédia”. Para modificar essa realidade, Isaac Roitman defendeu a plena execução do que está previsto no Plano de Desen-

volvimento da Educação (PDE).

Horário integral

Também presente ao debate, o presidente da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc), Gilberto Gonçalves Garcia, justificou a adoção do horário integral desde que crianças e adolescentes passem a ter ações integradas nas áreas de saúde, esporte, alimentação e lazer.

Já Cleuza Rodrigues Repulho, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), pediu eficiência e ética nos investimentos em educação, enquanto o diretor da Academia Brasileira de Ciências (ABC) Luiz Davidovich classificou de “um horror” o atual quadro educacional brasileiro. Ele sugeriu uma completa reestruturação na carreira do professor, que incluiria, além de melhores salários, avaliações periódicas.

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), ex-secretário de Educação de Sergipe, quer uma completa integração entre os governos estaduais e municipais, capitaneada pelo governo federal, a fim de que seja instituído um grande projeto nacional na área da educação.

O presidente da CE lembrou que, ao final do ciclo de debates, previsto para meados de setembro, será impresso um livro contendo as principais propostas sugeridas pelos especialistas em educação que participaram dos debates.



Luiz Davidovich (E), Cleuza Repulho, Cristovam, Gilberto Garcia e Isaac Roitman em audiência na CE

Após prestar depoimento aos três relatores, senador nega que exame da PF tenha identificado irregularidades nos documentos que apresentou em sua defesa

Renan: “Laudo desfaz todos os pontos da representação”

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, afirmou ontem, após depoimento perante os relatores do processo a que responde no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que confia na isenção dos senadores que integram o conselho. O parlamentar declarou ainda que eventuais “questões técnicas” relacionadas ao laudo da Polícia Federal deverão ser esclarecidas pelo próprio colegiado.

– Confio na isenção dos senadores e senadoras. O laudo desfaz todos os pontos da representação – assinalou Renan Calheiros em entrevista aos jornalistas depois de sair da reunião, realizada no gabinete do presidente do Conselho de Ética, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

– Fiz questão de vir aqui. Poderia mandar qualquer informação

por escrito, mas estou apenas repetindo com esse gesto o que havia feito com o Ministério Público quando pediram para me investigar e quando mandei todos os documentos. Nunca tive dúvida da minha verdade e da minha inocência – disse Renan.

Perícia

O presidente do Senado negou que a perícia realizada pela Polícia Federal tenha identificado irregularidades nos documentos encaminhados por ele ao Conselho de Ética, conforme foi divulgado pela imprensa. Segundo o

senador, o laudo técnico da instituição teria apontado apenas um “desencontro de informações”, tendo em vista as peculiaridades da atividade agropecuária.

– O laudo comprovou que eu tinha dinheiro para pagar as contas e que a venda do gado aconteceu pelo preço de mercado. Não fala

de primária, e muitas pessoas que dela participam não têm informação adequada – explicou.

Renan Calheiros está sendo investigado pelo Conselho de Ética em três processos, a partir de representações encaminhadas ao colegiado com base em denúncias publicadas pela revista *Veja*.



Casagrande (D), Marisa Serrano, Almeida Lima e Quintanilha (ao fundo) ouvem Renan

sequer em irregularidades. Fala em incongruência e inconsistência, em desencontro de informações. Mas isso não tem nada a ver com quebra de decoro, com exercício de mandato. A atividade rural é uma atividade

As duas primeiras representações foram protocoladas pelo PSOL. Uma delas para apurar se o presidente do Senado tinha parte de suas despesas pessoais pagas por um funcionário da empreiteira Mendes Júnior. A outra para investigar as relações de Renan com a cervejaria Schincariol, por quem teria intercedido para impedir a execução de dívidas junto à Receita Federal e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de acordo com a publicação da editora Abril.

A terceira representação foi protocolada pelo DEM e pelo PSDB para esclarecer a participação do senador na compra de duas emissoras de rádio e um jornal no estado de Alagoas, em suposta parceria com o ex-deputado e usineiro João Lyra, ainda conforme a revista.

Quintanilha prevê votação de relatório no próximo dia 30

Leomar Quintanilha disse esperar que no dia 30 o Conselho de Ética possa se reunir para votar o relatório final do caso Renan Calheiros. De acordo com o presidente do colegiado, na próxima terça-feira, os três relatores do processo reúnem-se para elaborar um texto único, a partir de relatórios individuais.

Quintanilha classificou de “respeitosa e serena” a audiência realizada para ouvir o presidente do Senado, que está sendo investigado com base em representação apresentada pelo PSOL. O partido, explicou o parlamentar pelo Tocantins, ainda pode se pronunciar sobre a perícia feita pela Polícia Federal em documentos apresentados por Renan Calheiros.

– Tudo foi perguntado e tudo foi respondido – informou Quintanilha.

O presidente do conselho evitou manifestar-se sobre o conteúdo do processo, afirmando que isso caberia apenas aos relatores. No entanto, observou que eventuais dúvidas com relação à renda obtida pelo senador de Alagoas com a venda de gado decorreriam da natureza da atividade agropecuária, na qual o livro-caixa de um proprietário nem sempre reflete os lucros obtidos, uma vez que há espaço de tempo considerável entre a compra ou nascimento de uma rês e a sua venda.

Marisa avaliará melhor os documentos para esclarecer dúvidas

Co-relatora do processo contra Renan Calheiros, Marisa Serrano (PSDB-MS) disse que ainda não está convencida da inocência do senador. Ela anunciou que fará um criterioso exame das respostas dadas por Renan em depoimento feito ontem aos relatores, confrontando-as com as informações colhidas durante a apuração do caso.

– O que o presidente fez foi apresentar sua versão. Eu posso até vir a me convencer de que não há nada contra ele. Por enquanto, não estou convencida – afirmou a senadora, explicando que há uma série de detalhes de natureza técnica e contábil que ela precisa discutir com seus assessores.

Marisa Serrano deu como exemplo as dúvidas em relação à veracidade quanto ao número de nascimentos de animais da fazenda de Renan.

As informações apresentadas pelo presidente do Senado quanto à idade das fêmeas dão margem, segundo Demostenes Torres (DEM-GO), a suspeitas de que não haveria possibilidade de elas terem gerado bezerras.

– O que o senador alegou é que a tecnologia hoje permite coberturas em vacas com menos de 36 meses de idade – relatou.

A senadora contou que Renan Calheiros justificou a contabilização da verba indenizatória como patrimônio pela necessidade de manutenção de sua residência em Brasília. E que o empréstimo tomado a uma empresa em Alagoas teria como objetivo a manutenção de sua família no estado. Por ser uma dívida para ser paga aos poucos, o senador alegou que não viu necessidade de contabilizá-la.

Almeida Lima diz estar convencido da inocência de Renan

Almeida Lima (PMDB-SE), co-relator do processo que tramita no Conselho de Ética contra Renan Calheiros, disse ontem estar plenamente convencido da inocência do senador, depois da audiência em que respondeu a perguntas da comissão de investigação, integrada ainda pelos senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Marisa Serrano (PSDB-MS).

– Eu já estava convencido de sua inocência há muito tempo. Ele fez todos os esclarecimentos, assim como seu assistente – assinalou Almeida Lima, referindo-se ao perito contábil José João Apel.

Sobre um empréstimo não contabilizado por Renan, Almeida Lima explicou que se trata de “um mútuo que funciona como uma conta corrente” para pagamento de despesas, e que está registrado no livro-caixa da empresa credora apresentado por Renan durante o depoimento. Esse empréstimo teria sido contratado a juros de mercado e renovado para quitação em outubro próximo.

Almeida Lima anunciou que no fim de semana vai elaborar um relatório individual. Na próxima terça-feira, ele pretende se reunir com os outros dois relatores para chegarem a um texto conjunto.

– O importante é que os esclarecimentos foram feitos e as provas foram produzidas – ressaltou.

Casagrande aponta contradições em depoimento

Renato Casagrande (PSB-ES), um dos relatores do primeiro processo por quebra de decoro parlamentar que o PSOL move contra o senador Renan Calheiros no Conselho de Ética, afirmou ontem, após o depoimento de quase duas horas do presidente do Senado à comissão de investigação do colegiado, que há contradições entre as explicações apresentadas pelo parlamentar e as conclusões da perícia realizada pela Polícia Federal para subsidiar o trabalho dos relatores.

Casagrande explicou que a principal dúvida se refere à evolução patrimonial de Renan Calheiros, já que, pelos documentos que foram apresentados, o senador possuiria uma “quantidade imobilizada de recursos muito elevada”, o que significa que lhe sobraria muito pouco para custear suas despesas básicas.

De acordo com o relator, Renan teria recorrido a um empréstimo junto à locadora de veículos Costa Dourada Turismo para cobrir essas despesas. No entanto, tal operação não foi informada em suas declarações de Imposto de Renda. A Costa Dourada Turismo tem como sócio um primo de Renan, Tito Uchôa, que, segundo denúncia apresentada pela revista *Veja*, seria o “laranja” do senador em empresas de comunicação em Alagoas.

De acordo com o laudo da Polícia Federal, enviado ao conselho na terça-feira, o empréstimo, no valor de R\$ 178.100, foi tomado à Costa Dourada em agosto de 2005. Os valores, no entanto, não transitaram em nenhuma das contas bancárias informadas pelo senador no período.



Sibá frisa necessidade de garantir recursos para as Forças Armadas

Sibá relata visitas a submarino e à plataforma P-37

Sibá Machado (PT-AC) relatou ontem visitas que fez, no Rio de Janeiro, a instalações da Marinha do Brasil e à plataforma P-37 da Petrobras, na Bacia de Campos.

O senador argumentou que, com a proximidade do envio pelo governo do Plano Plurianual (PPA) ao Congresso, é interessante que os parlamentares reflitam sobre a necessidade de recursos que garantam a continuidade do trabalho realizado pelas Forças Armadas. De acordo com ele, a Marinha informou que seriam necessários R\$ 1,2 bilhão para assegurar a manutenção dos programas em andamento.

Sibá disse que, nessas visitas, sentiu reavivar em si o sentimento de nacionalismo e patriotismo. O senador esteve a bordo de um submarino da Marinha, cuja construção foi possível com tecnologia adquirida da Alemanha. Para dar uma idéia da importância de um submarino em operação de guerra, ele relatou o que ouviu dos oficiais da Marinha sobre a Guerra das Malvinas, entre Inglaterra e Argentina, em que os ingleses teriam ficado dias planejando uma estratégia de abordagem às ilhas em função da presença de um submarino nas proximidades.

O parlamentar também destacou que hoje o Brasil é o melhor do mundo em extração de petróleo em grandes profundidades, atingindo até 900 metros. Sibá lembrou que a produção brasileira é de 1,9 milhão de barris diários, dos quais 85% são produzidos na Bacia de Campos.

Líder do governo diz que projeto a ser apresentado ao Congresso é "ousado" e vai permitir a divisão da arrecadação entre estados e municípios, "fazendo, assim, justiça tributária"

Nova proposta de reforma tributária deve sair em setembro, anuncia Jucá

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou que o governo deve apresentar, até o final de setembro, projeto de reforma tributária para ser discutido pelo Congresso.

A proposição teve suas linhas gerais apresentadas ontem em uma reunião do Conselho Político, da qual participaram parlamentares da base aliada e o ministro das Relações Institucionais, Walfrido Mares Guia.

Jucá se referiu a cobranças de sena-



Jucá ressalta que o governo quer discutir novo arcabouço tributário

gencialmente a CPMF porque ela vence no fim do ano, mas, ao mesmo tempo, nós queremos discutir o novo

dores que têm criticado o Executivo por não apresentar nenhuma proposta de reformulação geral da cobrança de tributos e se oposto à proposta em tramitação na Câmara, que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

– É exatamente o contrário: nós queremos aprovar em-

arcabouço tributário brasileiro.

De acordo com Jucá, a proposta pretende fundir contribuições e impostos para facilitar a vida do cidadão e garantir a partilha de todas as receitas com estados e municípios, "fazendo justiça à distribuição tributária". Além disso, reformula, simplifica, melhora o sistema tributário e desonera os investimentos para o setor produtivo.

Romero Jucá explicou ainda que, com a aprovação da matéria, haverá um período de transição que, dependendo do imposto, vai durar até cinco anos. Para o senador, a partir daí, se consolidará um modelo mais justo, para desonerar a carga tributária e democratizar a cobrança.

Ideli Salvatti defende prorrogação da CPMF

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), defendeu ontem a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. Refutando críticas da oposição de que o governo federal desvia os recursos do tributo da área de saúde para outras aplicações, ela afirmou que a CPMF tem destinação obrigatória à saúde, à Previdência Social e à erradicação da pobreza.

A senadora lembrou que, quando o tributo foi criado em 1995, com alíquota de 0,2%, os recursos eram aplicados exclusivamente na saúde. Em 2001, quando a alíquota

foi alterada para 0,38% pelo Congresso, frisou, além da saúde, a lei fixou o quanto deveria ser reservado para o Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza e para a Previdência.

Saudando a iniciativa do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) de convidar os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e da Saúde, José Gomes Temporão, para detalharem as destinações dos recursos da CPMF, Ideli alertou para possíveis cortes em programas sociais financiados pela contribuição na hipótese da extinção desse tributo.



Ideli: programas sociais podem ser cortados com a extinção do tributo

João Pedro: tributo é essencial para assegurar o Bolsa Família



Ajuda a 46 milhões de pobres justifica CPMF, destaca João Pedro

A proposta de prorrogação da Contribuição sobre a Movimentação Financeira (CPMF), em votação na Câmara, recebeu ontem apoio do senador João Pedro (PT-AM). Ele argumentou que, entre outros aspectos, R\$ 7,5 bilhões dos cerca de R\$ 35 bilhões a serem arrecadados neste ano serão destinados ao Bolsa Família.

Para João Pedro, este é um dos programas mais importantes executados no Brasil, por beneficiar cerca de 46 milhões de pessoas pobres. E está orçado neste ano em R\$ 11 bilhões. O senador informou que, de 2003 a 2006, R\$ 21,8 bilhões da CPMF foram gastos no Bolsa Família.

– Não são aceitáveis as críticas que se fazem ao programa. Ele se justifica pela extrema pobreza de uma parte da nossa população. É uma das formas que o Estado tem para corrigir injustiças sociais que já duram séculos neste país – afirmou o parlamentar.

Para Heráclito, programa gera dependência entre beneficiários



Heráclito afirma que governo do presidente Lula discrimina Piauí

Rebatendo o discurso do senador João Pedro (PT-AM) em defesa do programa Bolsa Família, Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou que o presidente Lula imita o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso na política econômica e nos programas sociais. Heráclito observou, no entanto, que "a tecnocracia petista" distorceu o Bolsa Família, transformando "um programa de inclusão social em um programa de dependência social".

O senador pelo DEM também considera que o presidente discrimina o Nordeste, especialmente o Piauí. Como exemplo, ele citou o plano de expansão dos aeroportos brasileiros, anunciado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), onde não consta o estado.

– Podemos encher três caminhões com as promessas do Lula ao Piauí, que ainda não viu nada – afirmou.

Heráclito lembrou que, durante a campanha eleitoral, o presidente prometeu ao povo do Piauí recuperar a Ferrovia Transnordestina e construir quatro hidrelétricas.



Formação tecnológica poderá transformar o país, diz Raupp

Raupp pede a criação de escolas técnicas federais

Valdir Raupp (PMDB-RO) espera que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva retome o processo de instalação de escolas técnicas e agrotécnicas federais no país, o qual teria sido interrompido no governo Fernando Henrique Cardoso. O senador afirmou já ter apresentado projetos de lei autorizativos para criação dessas unidades de ensino nos municípios de Porto Velho, Ji-Paraná, Buritis, Rolim de Moura, Cacoal, Ariquemes e Vilhena, todos em Rondônia.

Atualmente, o estado conta apenas com uma escola técnica federal, localizada em Colorado do Oeste. A exemplo de outros países, como a Irlanda e a Coreia do Sul, Raupp aposta em investimentos na formação tecnológica e na educação básica como o caminho para promover uma revolução na educação.

– O Brasil alcança alguns êxitos aqui e acolá na educação, porém, falta alcançar a vitória. Houve um salto com a implantação do Fundef [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério], principalmente em relação ao salário dos professores, mas ainda é preciso melhorar mais – ressaltou.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cumprimentou Raupp pelo empenho na instalação de escolas técnicas em seu estado e destacou a necessidade de se convencer o governo federal a reforçar investimentos nos estados periféricos.

Julio Fernandes/Ministério dos Transportes



Quintanilha: tocantinenses esperam progresso e investimentos



Gerardo Magela

Quintanilha comemora obras da ferrovia Norte-Sul no TO

As obras da ferrovia Norte-Sul estão “enchendo de alegria” o povo do Tocantins, pela expectativa de novos investimentos e progresso para a região, de acordo com Leomar Quintanilha (PMDB-TO). O senador disse que a ferrovia é uma necessidade nacional, pois integra regiões distantes.

– Estamos pagando preços altíssimos para escoar a produção por termos privilegiado o modal rodoviário – assinalou.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) declarou, em aparte, que a ferrovia precisaria chegar a Boa Vista e Manaus para ter o “Norte” no nome. E Jayme Campos (DEM-MT) disse que a Norte-

Sul pode incorporar milhões de hectares do Baixo Araguaia e do norte de Mato Grosso à produção agropecuária.

Quintanilha afirmou ainda que, por ser o sétimo ano em que o Tocantins conquista o *status* de “livre da aftosa”, os pecuaristas do estado esperam visita de inspetores da Comissão Europeia.

Alvaro Dias destaca reivindicações do sudoeste do Paraná

Alvaro Dias (PSDB-PR) comentou ontem, em Plenário, a chamada Carta do Sudoeste, elaborada pela Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná. O documento pede a realização de investimentos governamentais na região, como nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte e turismo. A carta destaca também a necessidade de revitalização das rodovias do Paraná e defende ainda a melhoria da segurança pública e a construção do Aeroporto Regional do Sudoeste.

A saúde pública é uma das áreas mais necessitadas, disse o senador, o que levou os municípios da região a criarem consórcios para melhorar o atendimento. Um dos consórcios, o de Francisco Beltrão, beneficia 27 municípios. A Carta do Sudoeste, explicou Alvaro, cobra ainda providências como a redução das tarifas de energia e o aumento dos efetivos das polícias civil e militar.

Jayme Campos defende dólar fixo para proteger setor rural

Senador afirma que o dólar alto na época do plantio e baixo na da venda causa graves prejuízos e, por isso, propõe uma banda fixa da moeda para o agronegócio, funcionando como seguro cambial

A adoção, pelo governo, de uma política de dólar fixo e exclusivo para o setor rural foi proposta por Jayme Campos (DEM-MT). De acordo com o senador, essa é a única forma de proteger os agricultores das variações da moeda.

Depois de lembrar que a área rural é responsável por metade das exportações nacionais, o senador afirmou que “não dá mais para plantar com o dólar cotado a 3 reais e vender com dólar a 2 reais”, como ocorreu na última safra.

– Uma banda fixa do dólar para o agronegócio seria um seguro cambial para os produtores rurais



Gerardo Magela

Regras claras e política mais estável são obrigação do Estado, diz Jayme Campos

– afirmou.

Para Jayme Campos, regras claras e política mais estável

para nossos produtores são uma obrigação do Estado brasileiro. “A agricultura vive de ciclos e não consegue se adaptar rapidamente às conveniências macroeconômicas”, sustentou.

Por tudo isso, o senador entende que a Medida Provisória 372/07, que trata de renegociação de dívidas rurais, aprovada pelos senadores na quarta-feira, “não é uma dádiva nem um presente, mas uma correção necessária para que o setor rural não entre em colapso”. Ele pediu ao governo que se mobilize agora pela aprovação da medida na Câmara.



Gerardo Magela

Experiência de economista leva Suplicy a defender Renda Básica de Cidadania

Suplicy comenta encontro com Prêmio Nobel

Eduardo Suplicy (PT-SP) comentou o encontro com o Prêmio Nobel da Paz de 2006, o economista Muhammad Yunus, para conversar sobre o Banco Grameen, experiência de concessão de microcrédito para os cidadãos carentes de Bangladesh. Foram beneficiadas mais de 7,2 milhões de pessoas naquele país, informou Suplicy.

Em razão disso, o parlamentar defendeu, mais uma vez, a instituição do programa Renda Básica de Cidadania, cuja lei (10.835/04) foi sancionada em janeiro de 2004 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sibá Machado (PT-AC) sugeriu ao senador de São Paulo que se tente implementar a idéia em uma pequena localidade do Brasil, convencendo algum prefeito ou governador a iniciar a experiência. Ele argumentou que isso permitiria observar uma experiência concreta de funcionamento da tese de Suplicy.

Borges: Bahia não pode andar para trás

César Borges (DEM-BA) manifestou preocupação com a situação econômica da Bahia. De acordo com o senador, o produto interno bruto do estado crescia a taxas superiores à média nacional, mas “esse quadro mudou desde que a Bahia passou a ser administrada pelo governador petista Jaques Wagner”.

No último semestre, segundo César Borges, a produção industrial da Bahia cresceu 0,3%,

enquanto a média do país foi de 4,8%. O parlamentar afirmou que, na década de 90, o então governador da Bahia Antonio Carlos Magalhães promoveu um ajuste fiscal que possibilitou a liberação de recursos para investimentos e deu confiança ao empresariado para investir no estado.

César Borges lembrou que o pólo petroquímico já tem 35 anos e precisa ser revitalizado para que o estado não perca novas oportu-



Gerardo Magela

César Borges manifesta preocupação com atual situação econômica do estado

nidades de atrair empreendimentos a ele relacionados, como os têxteis. “A Bahia não pode andar para trás”, frisou o senador.

Leopoldo Silva



Carta de associação de municípios pede investimentos na região, diz Alvaro Dias

Mozarildo vê "preconceito incabível" do ministro Hage

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) protestou contra declaração do ministro-chefe da Controladoria Geral da União, Jorge Hage, publicada na edição de 28 de julho do semanário *Brasília em Dia*. Nela, o ministro diz que as regiões Norte e Nordeste são campeãs de malversação de recursos públicos e as áreas onde é maior o atraso político e menor o acesso à informação.

A declaração foi publicada na coluna do jornalista Walter Gomes, que acrescentou outra frase do ministro: “Não é por acaso que há dificuldade de maior modernização da sociedade nessas áreas”. O jornalista lembrou que o presidente Lula – chefe de Hage, por sua vez um baiano – tem nas regiões 70% de apoio da



Gerardo Magela

Mozarildo contesta declarações a respeito do Norte e Nordeste

população.

– Uma declaração dessa é um preconceito inconcebível.

Malta critica empresário, ministro e ação do Ibama

Magno Malta (PR-ES) solidarizou-se com os piauienses em razão das declarações do diretor da Philips na América Latina, Paulo Zottolo. O executivo, que depois pediu publicamente desculpas, disse, em uma entrevista, que o Piauí não faria falta caso desaparecesse.

O senador condenou recente afirmação do ministro-chefe

da Controladoria Geral da União, Jorge Hage, segundo o qual as regiões Norte e Nordeste são campeãs em corrupção e analfabetismo. Para Malta, “corrupção é uma desgraça que está em todos os lugares, infelizmente”.

Magno Malta criticou ainda o Ibama, que, conforme ele, interditou 140 quilômetros da costa do Espírito Santo,



Gerardo Magela

Malta: “Corrupção é desgraça que está em todos os lugares”

prejudicando pescadores e também a modernização dos portos do estado.



Maciel: iniciativa é um condomínio de empresas em benefício dos necessitados

Maciel ressalta novo pólo Economia de Comunhão em PE

Marco Maciel (DEM-PE) destacou o lançamento do Pólo Ginetta de Economia de Comunhão (EdC), amanhã, em Igarassu (PE). A EdC é parte do Movimento dos Focolares, da Igreja Católica.

O nome do pólo homenageia Ginetta Calliari, italiana precursora do movimento, que hoje congrega mais de 4 milhões de pessoas em 183 países. Os pólos EdC são condomínios de empresas que destinam parte de seus lucros para ajudar pessoas necessitadas, explicou Maciel.

— Que a experiência seja um dos caminhos pelos quais possamos passar da sociedade do ter para a sociedade do ser — observou.

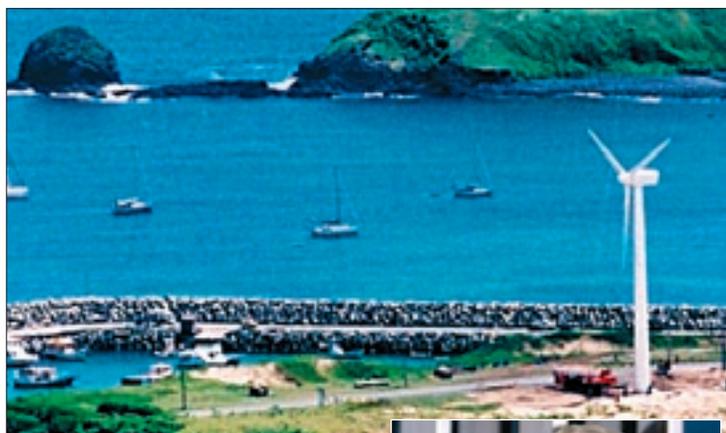
Senador sugere implantação de projetos para criar mecanismo visando impulsionar o aproveitamento das fontes alternativas de energia, como a solar e a das marés

Augusto pede mais empenho do país em busca de energia limpa

O senador Augusto Botelho (PT-RR) advertiu ontem, da tribuna, que o Brasil deve estar atento e se engajar no movimento mundial em busca de tecnologias produtoras de energia limpa como fator para seu próprio desenvolvimento. Os detentores de capital, explicou, buscam pesquisadores que impulsionem essas novas formas.

Ele lembrou que o país, por meio do Programa de Incentivo às Fontes de Energia Elétrica (Proinfa) e outros órgãos de pesquisa e agências reguladoras, já tem apresentado crescimento “bastante forte”, carreando bilhões de dólares na procura e viabilização de tecnologias limpas.

Augusto citou a produção de biocombustível, com o álcool etanol, que neutraliza a emissão de gases causadores do efeito estufa, contribuindo assim para diminuir a concentração de gás



Augusto Botelho também defende a exploração do potencial eólico do Brasil

carbônico.

Na avaliação do senador, para desenvolver ainda mais esse setor, o Brasil precisa definir regiões para a implantação de projetos e criar mecanismos que tornem viável o aproveitamento da energia eólica, solar, hidráulica e até da energia das marés.



Expedito Júnior apela a Lula para que receba representantes das famílias rurais

Expedito: apoio às vítimas do massacre de Corumbiara

O senador Expedito Júnior (PR-RO) fez um apelo à Mesa do Senado no sentido de interceder junto ao presidente Lula para que receba representantes dos cerca de 50 trabalhadores rurais vítimas do massacre de Corumbiara, em Rondônia, acampados em frente ao Congresso. Os agricultores reivindicam indenização às vítimas do episódio, ocorrido há 12 anos durante ação de reintegração de posse da fazenda Santa Elina.

Expedito Júnior também apelou ao governador do DF, José Roberto Arruda, para que autorize a permanência dos posseiros em frente ao Congresso, enquanto aguardam audiência com o governo.



Tuma pede à Câmara aprovação da PEC que define competências da categoria

Tuma destaca projetos em favor das guardas municipais

A aprovação, pela Comissão de Educação (CE), do projeto que institui o dia 10 de outubro como Dia da Guarda Municipal foi saudada ontem pelo senador Romeu Tuma (DEM-SP), autor da matéria (PLS 299/06).

Em discurso no Plenário, o parlamentar fez um apelo ao presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, para que agilize a votação da PEC 534/02, também de sua autoria, que trata das competências da guarda municipal e da criação da guarda nacional. Tuma considerou que a aprovação do proposta deverá contribuir para dar maior segurança jurídica à categoria.

Gilvam: reunião do Parlatino virou evento pró-Chávez

Ao protestar contra o fato de que não teve direito a voz, mesmo representando oficialmente o Senado, na reunião da Comissão de Meio Ambiente e Turismo do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), Gilvam Borges (PMDB-AP) disse ontem que o encontro não passou de um evento político em benefício do presidente venezuelano Hugo Chávez. A reunião foi realizada em Caracas, nos dias 27 e 28 de julho.

— Com duas semanas de antecedência, reuni minha assessoria, preparei um discurso com dados



Gilvam diz que, mesmo representando o Senado, não pôde falar no encontro

e estatísticas minuciosamente coletados, visando contribuir com a discussão do assunto meio

ambiente e turismo. Foi em vão. À exceção dos representantes de Cuba e da Venezuela, nenhum outro teve direito a falar. Foi o mais deslavado ato de proselitismo político pró-Chávez.

Gilvam disse ainda que ficou impressionado com a propaganda maciça em favor de Hugo Chávez nas ruas de Caracas, e que o dinheiro público naquele país vem sendo gasto para promover o presidente venezuelano. Até as bancas de revista são enfeitadas com bonecos de Chávez e as fotografias dele estão espalhadas por toda a cidade, assinalou.



Vice-presidente receberá título de Cidadão Goianiense, ressalta Crivella

Crivella registra homenagem goiana a José Alencar

Marcelo Crivella (PRB-RJ) destacou, em Plenário, a entrega, pela Câmara Municipal de Goiânia, do título de Cidadão Goianiense ao vice-presidente da República, José Alencar, membro de seu partido. O senador lembrou a trajetória pessoal e profissional do homenageado.

Crivella também leu carta que recebeu dos pescadores de Angra dos Reis (RJ), com apelo à ministra do Meio Ambiente e ao presidente do Ibama para que o governo faça o licenciamento das embarcações e emissão de documentos para os pescadores que atuam na região, especialmente os que trabalham com sardinha e camarão.

Couto protesta contra o caos na saúde pública

Mário Couto (PSDB-PA) criticou, em Plenário, o governo federal pela precariedade em que se encontra o sistema de saúde pública no país. O senador lamentou o fato de, em vários estados da Federação, muitos doentes, oriundos das camadas pobres da população, morrerem nas filas, sem receberem assistência médica.



Mário Couto lamenta morte de pessoas nas filas, sem receber atendimento

Segundo disse, no interior das regiões Norte e Nordeste, a situação é ainda pior, uma vez que são “raríssimas” as cidades pequenas que dispõem

de hospitais.

Mário Couto considerou absurda a disposição do Poder Executivo de prorrogar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), tributo que, apesar de criado para ser aplicado na saúde, é desviado para outras finalidades.

— Já se mostrou na televisão crianças morrendo por falta de atendimento médico. Felizes são os brasileiros que levantam às 3h da manhã, entram numa fila e conseguem uma ficha para serem atendidos por um médico neste país.